

## CAMPESINATO E A REDE AGROECOLÓGICA: diferentes escalas de atuação da Articulação Nacional de Agroecologia e seus parceiros.

Pablo Melquisedeque Souza e Silva<sup>1</sup>  
Ivan Targino Moreira<sup>2</sup>

### Resumo

Esse trabalho tem como objetivo estabelecer a relação entre campesinato e o conjunto de redes que pautam a agroecologia através da análise da atuação da *Articulação Nacional de Agroecologia* (ANA), e verificar sua relevância e de alguns de seus parceiros para o campesinato brasileiro. Para a elaboração desse trabalho nos amparamos na pesquisa bibliográfica para debater sobre o conceito rede, além de dialogar com autores que descrevem o processo histórico da formação de uma rede agroecológica nacional. Fizemos pesquisa documental em leis que versam sobre a temática da agroecologia. Realizamos também entrevistas com lideranças e técnicos que participaram e ainda participam desse processo. Na esfera regional, apontamos sua articulação com a *Rede Ater-NE*, a *Articulação do Semiárido* (ASA) e a *Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia* (RENDA). Por fim notamos que a ANA e seus parceiros no Nordeste constituem uma rede de instituições que se movilizam em torno da Agroecologia em varias escalas.

**Palavras-chave:** Campesinato, Agroecologia, Articulação Nacional de Agroecologia.

### Introdução

As inquietações gestadas, principalmente depois da efetivação da modernização agrícola no Brasil, fizeram surgir, mesmo em meio à ditadura militar instalada em 1964, sujeitos preocupados com os efeitos nocivos da Revolução Verde. Todavia a redemocratização brasileira, na década de 1980, abre espaço para os primeiros debates e encontros sobre a agricultura alternativa ao modelo dominante. Atualmente, verificamos os resultados destes debates, pois os mesmos proporcionaram a atual articulação e participação de redes agroecológicas, movimentos sociais, ONGs, assessorias técnicas rurais e outros grupos engajados numa pauta em torno da Agroecologia. Assim, nosso trabalho visa estabelecer a relação entre campesinato e o conjunto de redes que pautam a agroecologia através da análise da atuação da *Articulação Nacional de Agroecologia* (ANA), verificando sua relevância para o campesinato brasileiro.

Abordamos a atuação da ANA no âmbito nacional e regional. Na esfera nacional apontamos principalmente sua organização e mobilização junto ao Estado, instigando políticas públicas voltadas ao fomento da agroecologia. Na esfera regional, apontamos sua

<sup>1</sup> PPGG/UFPB – [pablo\\_melqui@hotmail.com](mailto:pablo_melqui@hotmail.com)

<sup>2</sup> PPGG/UFPB – [ivantargino@bol.com.br](mailto:ivantargino@bol.com.br)

articulação com a *Rede Ater-NE*, a *Articulação do Semiárido* (ASA) e a *Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia* (RENDA).

Para a elaboração desse trabalho nos amparamos na pesquisa bibliográfica para debater sobre o conceito rede, além de dialogar com autores que descrevem o processo histórico da formação de uma rede agroecológica nacional. Fizemos pesquisa documental em leis que versam sobre a temática da agroecologia. Realizamos também entrevistas com lideranças e técnicos que participaram e ainda participam desse processo.

Principalmente a partir da década de 1990, as pesquisas sobre a agroecologia se ampliaram. Todavia seus avanços não se deram apenas no campo científico, mas se ampliou com as experiências locais e regionais difundidas pelas ONGs e assessorias de assistência técnica rural. Inicialmente a difusão das práticas estava circulando apenas em nível local ou regional.

### **Breve resgate da trajetória e atuação da articulação nacional de agroecologia**

Na década de 1980, iniciou um projeto que nasceu dentro da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)<sup>3</sup>, o Projeto de Tecnologia Alternativa (PTA/FASE) que pode ser considerado um embrião para a formação de uma articulação, em escala nacional, de um projeto de sociedade em torno da Agroecologia. Jean Marc Von Der Weid e o Silvio Gomes Almeida<sup>4</sup> foram os primeiros coordenadores da PTA/FASE. Esse projeto passou a apoiar a estimular ações locais de desenvolvimento de tecnologias alternativas de agricultura em sua área de atuação.

O Projeto Tecnologias Alternativas – PTA/FASE teve início em 1983 com dois agroeconomistas que, através de relações pessoais e financiamentos de cooperação internacional, fizeram um mapeamento das experiências de agricultura alternativa existentes no Brasil e estabeleceram parcerias com cinco delas, todas com forte

---

<sup>3</sup> A FASE é a maior e mais antiga ONG brasileira, fundada em 1961. Era uma organização sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e equipes espalhadas em diversos estados brasileiros. Tinha forte atuação nas áreas de educação popular e assessoria aos movimentos populares do campo e pela cidade (MELO, 1993 apud LUZZI, 2007, p. 37). (ver histórico da FASE no site <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>)

<sup>4</sup> Estes agroeconomistas, Jean Marc Von Der Weid e o Silvio Gomes Almeida, tiveram a oportunidade de acompanhar, durante o exílio, a discussão crítica do modelo de desenvolvimento e da busca de tecnologias alternativas que estava ocorrendo na Europa durante a década de 70. Eles voltam ao Brasil com a proposta de criar uma organização para trabalhar com a pequena produção, tendo já o conhecimento de possíveis fontes de financiamento e os relacionamentos pessoais que foram fundamentais no estabelecimento futuro das parcerias e o financiamento de projetos. Com a criação do PTA/FASE eles se tornam os coordenadores. (LUZZI, 2007, p. 37)

vínculo com as igrejas Católica e Protestante<sup>5</sup>. A estratégia inicial do PTA/FASE foi trabalhar com experiências já estabelecidas e com uma rede de relações preexistentes, principalmente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Os objetivos centrais eram identificar, sistematizar e difundir tecnologias alternativas geradas pelos próprios agricultores (LUZZI, 2008, p.12).

### Segundo Luciano Silveira, um dos coordenadores da AS-PTA na Paraíba:

Esse projeto, ele passou a estimular pequenas ações, locais municipais de desenvolvimento de tecnologias. E foi dele que muitas ONG's hoje, no território nasceram, porque eram na verdade parte da PTA. [...] Então eram pequenos projetos no Brasil apoiando as tecnologias alternativas para o desenvolvimento. (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

O PTA/FASE teve como estratégia para expandir sua atuação aproveitar as redes de relações já existentes e contratar pessoas com capacidade de articulação política. Grande parte dos técnicos contratados pelo PTA/FASE eram agrônomos recém-formados com participação em grupos de *agricultura alternativa*<sup>6</sup>, assim como pessoas vinculadas aos movimentos populares (LUZZI, 2008). Os objetivos do PTA estavam centrados em três eixos

(a) estudar, sistematizar e avaliar – a partir de suas características sociais, econômicas e agrônômicas – experiências de geração, adaptação e utilização de tecnologias apropriadas para pequenos produtores; (b) lançar as bases de uma rede nacional de informação, intercâmbio e ajuda mútua, abrangendo movimentos de pequenos agricultores (associações, sindicatos etc.) e técnicos comprometidos com o fortalecimento do modelo alternativo de desenvolvimento agropecuário; e (c) prestar serviços de assessoria a organizações e comunidades de pequenos produtores, nas áreas de produção, comercialização e organização do trabalho (PTA-FASE, 1986<sup>a</sup>, apud, DIAS, 2004, p. 124).

Em 1986, foram criados os Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs)<sup>7</sup>. Os CTAs foram criados e instalados com o objetivo produzir modelos alternativos de produção agropecuária, integrando as várias informações recolhidas das práticas empíricas e das fontes científicas dos centros de pesquisa e das Universidades (WEID, 1997) e, posteriormente, de

<sup>5</sup>As experiências escolhidas foram: CAPA – Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor (Santa Rosa, Rio Grande do Sul), Instituto Vianei de Educação (Lages, Santa Catarina), ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Francisco Beltrão, Paraná), MOC – Movimento de Organização Comunitária (Feira de Santana, Bahia) e PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas (Campina Grande, Paraíba) (LUZZI, 2008, p.13).

<sup>6</sup> Termo utilizado por estudantes e profissionais em grupos de estudos das Ciências Agrárias, principalmente os que buscavam “alternativas” ao modelo de agricultura adotado durante a Revolução Verde.

<sup>7</sup> A construção dos CTAs teve “apoio financeiro do Centro Alemão para Tecnologias Alternativas (GATE/GTZ) e da Fundação Interamericana (IAF). O CTA de Ouricuri começou suas atividades em julho de 1986 e contou com o apoio da Organização Holandesa para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (NOVIB) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (DIAS, 2004, p.130)”.

difundir e experimentar as Tecnologias Alternativas (TAs). Todavia parte dos objetivos dos CTAs não foram alcançados.

Embora tenham acumulado inúmeras propostas técnicas parciais interessantes, os CTAs, sobretudo nas zonas de maiores dificuldades como o semi-árido nordestino, não conseguiram efetivamente criar um modelo ideal viável. Impasses técnicos que surgiram ainda estão sem solução definitiva, em particular o manejo da escassa matéria orgânica existente e a otimização dos recursos hídricos pluviais. Por outro lado, os modelos construídos muitas vezes ignoraram condições objetivas dos produtores como a disponibilidade de mão-de-obra (WEID, 1997, p.17).

Com o crescimento da PTA/FASE, em 1989, na sede que se localizava no Rio de Janeiro, chegou-se a um entendimento que não havia mais condições de gerir o Programa. Decidiu-se então que cada projeto local viraria uma organização autônoma, e que a partir de então seria criada uma rede de organizações capazes de articular e favorecer a interação entre essas iniciativas de PTA (SILVA, 2013).

Na verdade, a rede PTA enquanto rede de articulação de experiências constatou que as experiências cresceram muito, entretanto mais do que as experiências, as entidades perceberam que esse movimento foi para além do trabalho dessas ONGs e muitas outras organizações assumiram ações associadas a uma agricultura de base familiar e da agroecologia. Como esclarece Weid (1997):

A questão colocada era a da possibilidade de produzir propostas tecnológicas que oferecessem baixos custos, minimizassem os riscos e garantissem aumentos sustentados de produtividade e de produção. Estes novos sistemas de produção, combinados com um esforço comum para enfrentar as condições dos mercados poderiam proporcionar o aumento de renda, a melhoria da alimentação e da segurança alimentar e das condições de vida em geral, capazes de criar novas esperanças para a população rural (WEID, 1997, p. 8).

Houve uma mudança metodológica e conceitual por parte de Rede PTA. Foram incorporados os métodos participativos e a base epistemológica da agroecologia. A agroecologia deu à Rede PTA a possibilidade de ampliar seu debate com propostas mais assertivas, assim como sistematizar melhor suas experiências, além de dar mais cientificidade ao seu trabalho (LUZZI, 2008).

A agroecologia ampliou o horizonte e as possibilidades para a produção camponesa. O desenvolvimento da *Agricultura Alternativa* trazia consigo um caráter, ainda tecnicista, muito próximo ao modelo do agronegócio. Já a agroecologia insere e dá maior visibilidade e relevância ao papel do camponês, sendo ele dotado do conhecimento e das técnicas de produção adequadas a sua realidade.

Devemos ressaltar que, na década de 1980, ocorreram importantes encontros regionais e nacionais de agrônomos, movimentos sociais, sociólogos e outros em torno da então chamada “*agricultura alternativa*”, sendo eles os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA)s<sup>8</sup> e os Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (ERAA)s, organizados pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e seus parceiros (LUZZI, 2008). Esses encontros foram fundamentais para o fomento de antagonismo ao agronegócio.

Os debates da *agricultura alternativa* passaram a sair apenas das questões técnicas e agrícolas. A preocupação com a condição de vida das pessoas ganha espaço. Para Horácio de Martins Carvalho (1987)<sup>9</sup>,

“A agricultura alternativa deve ser entendida não só como uma concepção de modo de produção na agricultura, mas do modo de produção em geral. É inconsistente defender o solo e deixar que o homem seja explorado. Não quero que ninguém seja explorado, nem uma bactéria. Quero que se respeite a vida, toda ela e, portanto, não posso aceitar a presença da multinacional, dos grandes conglomerados econômicos, e de uma burguesia que é uma classe eminentemente exploradora da vida e geradora desse caos que aí está” (Horácio Martins de Carvalho, in: FAEAB, 1987: 30).

José Graziano da Silva<sup>10</sup> (1987) complementa que:

O mérito do movimento da agricultura alternativa não é a busca de alternativas de produção, mas exatamente a formação dessa consciência social. É um movimento que tende a abrir espaços na luta política, que tende a abrir brechas nas formas de dominação predominante (José Graziano da Silva, in: FAEAB, 1987: 34).

Segundo Luzzi (2008), no II e III EBAA)s ocorreram tentativas frustradas para a criação da Associação Brasileira de Agricultura Alternativa (ABAA). Os debates, desentendimentos e disputas entre FAEAB, PTA-FASE, organizadores locais e demais participantes impediram o surgimento do que seria a ABAA.

<sup>8</sup> Foram realizados quatro EBAA)s na década de 80. O I EBAA foi realizado em Curitiba (1981), reunindo cerca de 400 participantes. O II EBAA foi realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, (1984) e reuniu cerca de 1800 pessoas. O III EBAA foi realizado em Cuiabá (1987) e contou com a participação de mais de 3000 pessoas. O IV EBAA foi realizado em Porto Alegre (1989) e reuniu cerca de 4000 pessoas. Estes encontros foram realizados principalmente por iniciativa da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB (LUZZI, 2008, p.3)

<sup>9</sup> Engenheiro agrônomo com especialização em ciências sociais

<sup>10</sup> Possui graduação em Engenharia Agrônoma, especialização em Métodos de Pesquisa no Sistema de Produção Agrícola, mestrado em Economia e Sociologia Rural, doutorado em Ciência Econômica e pós-doutorado pela Institute of Latin American Studies University College London(1990). Atualmente é Professor Titular MS6 da Universidade Estadual de Campinas e diretor regional FAO América Latina e Caribe da Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación.



O IV EBAA ocorreu sem o efetivo apoio do PTA-FASE, devido aos desentendimentos com os demais membros da comissão organizadora. As desarmonias afloraram: “houve discordâncias entre os membros da direção do movimento de *agricultura alternativa* e muitas críticas à organização do evento e devido a estas divergências o movimento acabou por se dispersar.” (LUZZI, 2008, p.10)

Notamos que os agrônomos, de modo geral, encabeçaram os debates iniciais que trouxeram à tona as reflexões para uma alternativa para o campo brasileiro. Todavia não houve e ainda não há consenso entre o modelo de produção a ser seguido. O enfraquecimento político e econômico da FEAEB impossibilitou a realização de novos EBAA.

A década de 1990 foi o período de reestruturação e organização local das ONGs, dos movimentos sociais, das equipes de assistência técnica rural em torno da agroecologia. Foi um período esvaziado de debate e organização nacional, mas houve a ampliação da atuação local, crescendo o número de experiências exitosas. As questões ambientais de importância internacional foram pautadas principalmente na eco-92, fato que colaborou com fomento da agroecologia no Brasil.

Não só as questões produtivas ganharam força, mas as condições de trabalho e vida do trabalhador e consumidor, preservação da biodiversidade, a soberania e segurança alimentar, posse da terra e entre outros temas ficaram ainda mais latentes.

As experiências produtivas se multiplicaram e o debate passou a ser incorporado, progressivamente, por um conjunto bastante diversificado de organizações de trabalhadores, movimentos sociais e instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, aumentando a legitimidade política do tema agroecologia. O debate extrapola o foco tecnológico e foram sendo incorporados outros temas e problemáticas sociais, que também faziam parte da agenda de outros movimentos e organizações sociais, tornando mais rico e complexo o debate. Como exemplos têm-se: valorização do conhecimento popular; rural como modo de vida; preservação da cultura e da biodiversidade; questão de gênero e geração; educação rural; construção de novas relações com o mercado com bases éticas e solidárias e a segurança e soberania alimentar – resgate de sementes crioulas, contra os transgênicos, democratização do acesso aos recursos naturais, valorização da qualidade do alimento e da produção para o autoconsumo. (LUZZI, 2008, p. 19)

Almeida (2009) aponta que, em 1999, ocorreu o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, dando condições para reunir os profissionais e instituições da área ainda dispersos. Nesse mesmo período, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, com participação de diversos movimentos sociais agrupados nessa temática, incorporaram em suas propostas a agroecologia, assumindo a mesmo como modelo antagônico ao agronegócio.

## A efetivação da Articulação Nacional de Agroecologia

A partir de 2002, com a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia, surge uma organização de maior visibilidade e abrangência nacional na temática da agroecologia: a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A ANA articula o debate e propõe o modelo de produção agroecológica junto à sociedade. Estão ligadas à ANA 23 redes estaduais e regionais, que congregam grupos, associações, sindicatos e ONGs, além de 15 movimentos sociais com representação em todo o Brasil (ANA, 2015)<sup>11</sup>. Devido ao grande número de redes (nacionais e regionais), movimentos sociais e sindicais que estão interligados à ANA, ela é chamada de “a rede das redes”<sup>12</sup>.

Essas redes têm constituído uma plataforma de interação de diferentes tipos de organizações de base, movimentos sociais e redes regionais. Vinculam também importantes segmentos da sociedade civil atuantes na assessoria a organizações de produtores familiares (ONGs, organizações pastorais ligadas a igrejas, etc.). Reúnem ainda um crescente número de profissionais de instituições oficiais, sobretudo da pesquisa e da extensão, que atuam na área do desenvolvimento rural. Trata-se de uma experiência singular, marcada pelo fato de se constituir a partir de processos de inovação local que vêm mobilizando capacidades criativas de diferentes atores sociais no enfrentamento dos obstáculos objetivos e políticos que se antepõem às condições de reprodução da agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que exercitam e geram novos conhecimentos, esses processos nutrem novas coesões e se projetam como insumos para a progressiva construção de um padrão de desenvolvimento rural apoiado na sustentabilidade socioambiental.(ALMEIDA, 2009, pg.68-69)

A ANA é entendida por seus membros como:

“um espaço de **articulação e convergência** entre **movimentos, redes e organizações** da sociedade civil brasileira (que estejam) engajadas em experiências concretas de **promoção da agroecologia**, de **fortalecimento da produção familiar** e de **construção de alternativas** sustentáveis de desenvolvimento rural.” (ANA, 2015. Grifo nosso)

<sup>11</sup> <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/> (Acesso: 06/03/16)

<sup>12</sup> Coordenação da ANA: **ONGs** (AOPA, APTA, AS-PTA, CAA-NM, Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, CEPAC – PI, CETAP, CTA-ZM, FASE, GTNA, Instituto Giramundo, PESAGRE, PROTER, SASOP); **redes regionais** (ANA-Amazônia, ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, Rede Ecovida de Agroecologia, ACA – Articulação Capixaba de Agroecologia, AMA – Articulação Mineira de Agroecologia); **redes nacionais** (ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, UNEFAB/ARCAFAR – União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil/ Associações Regionais das Casas Familiares Rurais); **movimentos sociais** (CNS – Conselho Nacional de Seringueiros, COIAB – Coordenadoria dos Povos Indígenas da Amazônia, CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura, CPT– Comissão Pastoral da Terra, FETRAF-Brasil – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de babaçu, MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) (ANA, 2006, p.26).

Segundo ANA (2015), sua atuação apresenta-se com três enfoques. Primeiramente, visa o auxílio aos articulados parar o desenvolvimento e promoção da agroecologia, sobretudo a difusão e fomento das experiências exitosas. A partir destas, o segundo enfoque é elaborar, aprimorar e propor mecanismos de políticas públicas para a superação dos desafios apontados para a produção agroecológica em vários níveis de escala. Enquanto o terceiro enfoque é a comunicação com sociedade estimulando a promoção da agroecologia, da agricultura camponesa e a integração dessas propostas com a sociedade.

Os debates e as propostas da ANA seguem os seguintes temas:

A construção do conhecimento agroecológico, notadamente nos campos da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), da Educação e da Pesquisa, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com foco prioritário nas sementes locais e nos produtos do extrativismo, a questão do protagonismo das mulheres, o abastecimento e a construção social de mercados, a soberania e segurança alimentar, a reforma agrária e os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, o acesso e a gestão das águas, a agricultura urbana e periurbana, a questão dos agrotóxicos e dos transgênicos, as normas sanitárias para produtos da agricultura familiar, o crédito para financiamento da agricultura familiar e a comunicação. (ANA, 2015)

Os temas supracitados são vastos, às vezes complexos, e abrem o leque para que amplie o debate e a atuação em cada um dos referidos temas. Para tanto, a ANA integra-se a outras redes e fóruns nacionais com campos correlatos à agroecologia como a Saúde, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), a Economia Solidária, a Justiça Ambiental e o Feminismo (ANA, 2015). Logo ao debate do campo agroecológico se incorpora e amplia o grupo de “aliados”, tendo em vistas que não são apenas agroecólogos pautando a agroecologia, mas médicos, sociólogos, geógrafos, economistas, juristas, ambientalistas, nutricionistas, religiosos e entre outros que se agrupam em torno destas temáticas que reverberam a agroecologia.

Uma marca da Articulação Nacional da Agroecologia é a realização dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA). Desde seu surgimento, a ANA organizou três ENAs. O primeiro ocorreu no Rio de Janeiro-RJ, em 2002, e marcou o surgimento da ANA. O segundo foi realizado em Recife-PE, em 2006, foi relevante para o estabelecimento de intercâmbios, para a sistematização e avaliação das experiências e avaliação da conjuntura nacional em relação à agroecologia. Já o terceiro ENA foi realizado em 2014, em Juazeiro-BA, e apontou para os enfrentamentos da Agroecologia ante as várias faces do agronegócio. No próximo item deste capítulo estaremos descrevendo os três ENAs, especialmente o último.



Enquanto organização, a ANA estrutura-se a partir do núcleo executivo, composto por oito representantes das organizações participantes, e da secretaria executiva. As ações e estratégias são traçadas nos encontros e nas plenárias nacionais. Ainda em seu corpo estrutural, a ANA também se organiza em Grupos de Trabalho (GTs) e Coletivos que possuem temas específicos e integram as redes e organizações que atuam de acordo com cada temática (ANA, 2015).

Dentro das ações que a ANA se insere na esfera da construção política junto ao Estado e a sociedade, ela participa da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

Segundo o decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, **que institui a Política Nacional de Produção Agroecológica e Produção Orgânica (PNAPO)**<sup>13</sup>, a CNAPO<sup>14</sup> é a comissão composta por quatorze representantes de órgãos e entidades do Poder Executivo federal e quatorze representantes de entidades da sociedade civil. A CNAPO contribui, elabora, sugere, acompanha e monitora, junto a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO)<sup>15</sup>, as ações da Política Nacional de Produção Agroecológica e Produção Orgânica (PNAPO).

<sup>13</sup> Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. ([Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012](#))

<sup>14</sup> Art. 7º Compete à CNAPO:

- I - promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da PNAPO e do PLANAPO;
- II - constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito da PNAPO;
- III - propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do PLANAPO ao Poder Executivo federal;
- IV - acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do PLANAPO, e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos; e
- V - promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital, para a implementação da PNAPO e do PLANAPO.

<sup>15</sup> Art. 9º Compete à CIAPO:

- I - elaborar proposta do PLANAPO, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto;
- II - articular os órgãos e entidades do Poder Executivo federal para a implementação da PNAPO e do PLANAPO;
- III - interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do PLANAPO; e
- IV - apresentar relatórios e informações ao CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO.

Ressaltamos que a interação da CNAPO com a CIAPO a partir da PNAPO tiveram como tarefa central a elaboração e promoção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Ainda segundo o decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, as diretrizes do PLANAPO estabelecem os seguintes desafios, dentre os quais destacamos:

Ampliação do número de agricultores/as e produtores/as envolvidos/as com a produção orgânica e de base agroecológica; Incentivo ao registro, à produção e à distribuição de insumos adequados à produção orgânica e de base agroecológica; Contribuição para a organização de agricultores e agricultoras em cooperativas e redes solidárias, a ampliação das compras e subvenções e o número de pontos de venda de produtos; Ampliação da utilização de crédito e outras formas de financiamento e fomento para o custeio e implantação de infraestruturas produtivas e comerciais; Reconhecimento e fortalecimento do protagonismo dos/as jovens e das mulheres rurais na agroecologia e produção orgânica. **Fortalecimento do papel das redes na articulação dos atores e na dinamização de ações relacionadas à produção orgânica e de base agroecológica.** (BRASIL, 2013, p. 16. Grifo nosso)<sup>16</sup>

A ANA junto à CNAPO exerce papel relevante, pois agrega a ela os movimentos e redes que constroem a agroecologia no Brasil. O PLANAPO foi lançado no governo da presidente Dilma Rousseff, em 2012, porém foi estabelecido o I PLANAPO (2013/2015) e o II PLANAPO (2016/2019). Este plano é de suma importância para o campo agroecológico brasileiro, todavia as ações e metas propostas ainda estão sendo aplicadas e debatidas.

Como afirmamos, a ANA compõe o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Este conselho órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) “por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada,”(BRASIL, 2006). Ou seja, a participação da ANA no CONSEA fortalece o entendimento de sua ampla atuação no tocante à agroecologia, não somente enquanto produção agrícola, mas como alimentação saudável, segurança nutricional e alimentar.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) também conta com a participação da ANA. O CONDRAF é ligado ao MDA e tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e a aplicação de políticas públicas estruturantes, “constituindo-se em espaço de concertação e de articulação entre os diferentes níveis de

<sup>16</sup> [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/BrasilAgroecologico\\_Baixar.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf)

governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar.” (BRASIL, 2016). Não há consolidação da agroecologia se, de fato, não houver efetivamente uma reforma agrária voltada ao desenvolvimento camponês. O CONDRAF atua, dentre outras coisas, na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e tem contribuído com o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

A Articulação Nacional de Agroecologia executa um papel relevante na construção e fomento de outra agricultura no campo e na cidade. Ela mostra-se atuante em diversas áreas estratégicas (educação, saúde, acesso a terra e água, comercializaçãoetc.) para que a agroecologia seja a força motriz para o campesinato resistente e seja reconhecido não só pelos camponeses, mas pela sociedade.

### **A Articulação entre a Rede Agroecológica no Nordeste**

A ANA possui papel relevante para o fomento da agroecologia no âmbito nacional e articulados a ela, a ASA, a RENDA e a Rede ATER-NE atuam no Nordeste brasileiro. A primeira “é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas” (ASA)<sup>17</sup>.

A segunda é a Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia, ela surge motivada pela chamada CNPq/MDA39/2014<sup>18</sup>. O projeto RENDA tem por objetivo:

(...) potencializar as ações dos quase 40 núcleos de agroecologia existente na região nordeste. Ele possibilitará o fortalecimento de uma relação interinstitucional de parceiros, localizados nos nove estados da região que vão partilhar processos, práticas e metodologias inter, multi e transdisciplinares. É unanimidade entre todos os núcleos a necessária participação coletiva, progressiva, inclusiva, que valora as especificidades de cada experiência, de cada realidade vivenciada pelas instituições. Autonomia com interatividade, particularidades e criatividade na construção

<sup>17</sup>Disponível em: (<http://www.asabrazil.org.br/sobre-nos/historia>) Acesso em: 21/07/16

<sup>18</sup> Como parte da PNAPO: “A presente Chamada tem por objetivo geral selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de extensão, pesquisa, ensino e fomento a processos de inovação tecnológica e metodológica visando a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia, bem como à promoção dos sistemas orgânicos de produção e de base agroecológica. [...] São objetivos específicos desta Chamada: a) implementar e fortalecer novos Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) [...]. b) Fomentar a formação de Redes de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (R-NEA) para cada uma das regiões geográficas - Centro-Oeste, Norte e Nordeste” (CNPq/MDA, 2014). Disponível em: (<http://resultado.cnpq.br/4543484232531903>). Acesso em 22/07/16

coletiva e comprometida com o maior e melhor empenho, para que a construção da agroecologia evolua ao ponto de tornar-se referência para o desenvolvimento da região, para o fortalecimento da agricultura familiar e para todas as diversidades de culturas e povos que insistem e reafirmar-se enquanto direito e dever de produzir e realizar seus sonhos no meio rural nordestino (RENDA)<sup>19</sup>.

Ou seja, a RENDA é a rede que articula os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) no Nordeste. Dentre outras áreas de atuação, atualmente tem participado junto a ABA-Agroecologia do processo de sistematização das experiências agroecológica dos NEAs no Nordeste. Estes núcleos atuam na pesquisa, no ensino e na extensão nos Institutos Federais (IFs), nas Universidades Federais e Estaduais, tendo como temática a agroecologia. Todavia não só docentes e discentes de cursos em agroecologia integram os NEAs, também agregam aos NEAs os estudos em agronomia, comunicação, educação, geografia e outros.

Já a terceira rede apontada é a Rede ATER-NE. Esta rede articula 13 entidades que si integram a outras organizações (sindicatos, associações, cooperativas, etc). A partir da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), houve uma reorganização e maior fomento para pratica de Ater no Brasil, voltada para o fortalecimento da agricultura camponesa e da agroecologia.

No Nordeste, algumas entidades já atuavam nesta perspectiva, a maioria já articulada com a ANA, a ASA, a antiga Rede PTA e entre outras. Paranhos *et Al* (2007) aponta que:

O diálogo entre o governo brasileiro (inicialmente o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva) e ONGs com atuação no campo da agricultura familiar e da Agroecologia foi favorecido com o reconhecimento, pelo Estado, do trabalho e acúmulos históricos de entidades como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Associação de Orientação à Cooperativas do Nordeste (Assocene), o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra) e Diaconia, além do conjunto de entidades integrantes da antiga Rede PTA no Nordeste, como o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (Caatinga), o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac), o Centro Sabiá, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), o Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop) e o Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar. Surgiu, então, a possibilidade de o governo apoiar as ações de Ater por meio do fortalecimento das dinâmicas de redes existentes no Nordeste (PARANHOS, et. al, 2007, p. 56)

Paranhos *et. al* (2007) reforçam que dois aspectos foram importantes para a composição da Rede Ater Nordeste.

<sup>19</sup> Disponível em: (<http://renda-ne.blogspot.com.br/2015/03/projeto-renda.html>) Acesso em 22/07/16

O primeiro foi o forte compromisso das entidades com a **agricultura familiar, elemento unificador da rede e cimentador da sua identidade política**. O segundo foi o conceito de **Agroecologia**, enquanto ciência que interpreta e organiza o conhecimento sobre os agroecossistemas e contribui para o aumento da sua sustentabilidade, constituindo-se no **principal fio condutor no processo de construção da rede** (PARANHOS, et. al, 2007, p. 57)

Ressaltamos que o campesinato aparece como identidade política e a agroecologia como fio condutor da rede. Ou seja, o campesinato como enfrentamento e a agroecologia como ferramenta de discurso e prática que dá sustentação ao campesinato enquanto rede.

As 13 entidades da Rede ATER-NE atuam em todos os estados da região Nordeste. Os dados, da ATER-NE de 2007 (Quadro 2), apontavam a atuação junto a 13.850 famílias, em 120 municípios, em denominados 29 territórios<sup>20</sup>.

**Quadro 2 – Abrangência da atuação da Rede Ater-NE, em 2007<sup>21</sup>**

Entidade	Estados de atuação	Nº previsto de famílias	Nº de Municípios	Territórios de abrangências
<b>Centro Sabiá</b>	PE	800	10	Sertão do Pajeú e Mata Sul
<b>Diaconia</b>	PE e RN	1500	04	Sertão do Pajeú (PE) e Apodi (RN)
<b>MOC</b>	BA	2250	10	Sisal
<b>Ascoob</b>	BA	900	08	Bacia do Jacuípe, Paraguassu, Litoral Norte e Recôncavo
<b>Apaeb-Valente</b>	BA	900	16	Sisal e Bacia do Jacuípe
<b>Caatinga</b>	PE	1000	09	Sertão do Araripe
<b>Patac</b>	PB	995	11	Cariri e Seridó
<b>AS-PTA</b>	PB	1500	13	Borborema
<b>Cepac</b>	PI	720	06	Carnaubais
<b>Sasop</b>	BA	840	07	Baixo Sul e Sertão do São Francisco
<b>Cetra</b>	CE	800	04	Itapipoca
<b>Esplar</b>	CE	800	07	Sertão Central, Sobral e Inhamuns
<b>Assocene</b>	SE, AL, PE, PB, RN, MA e PI	845	14	Apodi (RN), Cariri e Mata (PB), Mata Sul e Agreste Meridional (PE), Sertão Central (AL) e Sertão Ocidental (SE)
<b>Totais</b>	<b>9</b>	<b>13850</b>	<b>120</b>	<b>29</b>

Fonte: PARENHOS, et. al, (2007)

<sup>20</sup> Correspondem a mesorregiões ou microrregiões na divisão do IBGE, assim como a nomenclatura do programa de territórios rurais do MDA, os territórios de cidadania.

<sup>21</sup> Não encontramos publicações com a atualização destes dados, porém os números de família e municípios tendem a ter aumentado



Como exposto, as organizações apontadas denominam-se de rede. Ou seja, elas formam um conjunto de organizações que se articulam em volta da agroecologia e temas correlatos. Embora cada organização tenha seus objetivos, o elo entre elas é a agroecologia.

E por se tratar de organizações que se designam como rede é necessário abordar o conceito de rede. Este conceito é polissêmico e por isso utilizado para diversas representações. Seja na Química, na Tecnologia da Informação, na Geografia ou em outras ciências ou técnicas a rede apresenta um “caráter de articulação e interdependência dos elementos” (BRAGA, 2010, p. 28).

O ramo da geografia que se destaca nos debates que englobam rede é a Geografia Urbana com estudo das redes urbanas. No campo da geografia agrária o conceito rede não ganha o mesmo destaque e carece de aprofundamento. Portanto, nós buscamos compreender rede “como um conjunto de ligações ou fluxos, em que os ‘fios’ entre os nós são chamados de *arcos* e os nós são muito simplesmente, chamados também de nós, contudo isso compo uma trama integrada.” (SOUZA, 2013 p.167)

Tentando analisar rede a partir da geografia Corrêa (1997) entende “por rede geográfica um ‘conjunto de localizações geográficas interconectadas’ entre si ‘por determinados números de ligações’” (CORRÊA, 1997, p. 107). Assim esas organizações, espalhadas por varios lugares do Brasil estão interconectadas entre si por um tema comum: a agroecología. Necessitamos avançar na análise da organização em *rede* da agroecología. Nossas próximas publicações pretendem fazer uma análise mais profunda do conceito de *rede* e sua aplicação na geografia agrária a partir da agroecologia

## Considerações

O processo de reorganização e os debates ocorridos a partir de 1980 foram importantes para a consolidação não só de uma agricultura alternativa, mas de uma sociedade em busca do enfrentamento dos malefícios sociais e ambientais da produção agrícola pautada pela Revolução Verde, atualmente consubstanciada no agronegócio. Compreendemos que isso tem ocorrido devido à junção de esforços de organizações, sindicatos, movimentos sociais, estudantes, pesquisadores, intelectuais e camponeses que possibilitaram a formação de uma ampla rede de articulação em torno da agroecologia.

Desde modo, percebemos que A ANA é atualmente a maior expressão efetiva da luta agroecológica no Brasil, atuando em várias frentes articuladas e visando não só a agroecologia para o campo, mas para a sociedade. A participação da ANA nos variados conselhos nacionais reforça seu papel articulado entre as redes agroecológicas, os movimentos sociais, os fóruns de debates dos temas afins da agroecologia, ao Estado e a sociedade civil.

Assim notamos que o movimento agroecológico no Nordeste articula-se em variadas redes, cada uma com sua especificidade. Enquanto a ASA articula movimentos, sindicatos e associações do semiárido, a Rede Ater-NE articula entidades com o foco na assistência técnica de extensão rural, a RENDA articula diversos Núcleos de Estudos em Agroecologia e as três estão integradas a ANA e outros parceiros, todas com enfoque do fortalecimento a agricultura camponesa via agroecologia.

As referidas redes ao longo dos últimos 20 anos acirrado o enfrentamento com os diversos aspectos do agronegócio no Nordeste. Estas redes auxiliam o campesinato âmbito institucional, em relação com o Estado, na técnica agroecológica, no fomento científico – em diversas áreas do conhecimento, na produção agroecológica, na convivência com o semiárido e em vários aspectos em busca de um Nordeste agroecológico.

## **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Silvio G. de. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: / PETERSEN, Paulo (org). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ABA. Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/06/Estatuto-ABA.pdf>> Acesso em: 10/06/2013.

BRASIL, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de setembro de 2006.

BRASIL, Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de agosto de 2012

BRASIL, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a PNATER e o PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de Janeiro de 2010.

BRASIL, Decreto nº 8.735, de 3 de maio de 2016. Dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016

BRASIL, Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.

COELHO NETO, A. S. Redes sociais e territorialidade no semiárido brasileiro. In: Anais do XIII Encontro de Geógrafos de América Latina. San José: UMA/UCR, 2011.

CORRÊA, R. L. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997. p. 107-118.

DIAS, Marcelo M. As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Tese de Doutorado – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 3., 1987, Cuiabá. Agricultura alternativa: anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Cuiabá: FAEAB/FEAB, 1987. 284p.

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. O debate agroecológico brasileiro: uma discussão a partir dos EBAAAs e da experiência do PTA/ FASE. In: Anais do 32º Encontro da Anpocs, Caxambu. 2008.

PARANHOS, M. G. F. ; SILVEIRA, L. M. ; NOGUEIRA, F. . A Trajetória da Rede ATER NE: construindo conhecimento agroecológico pelo Nordeste Brasileiro. In: Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades. 1ªed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2007, v. 1, p. 56-70.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, Sergio e BALESICO, Moisés Villamil (orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecologica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

WEID, Jean. M. A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 40p. (Textos para Debate, 57).  
A Rede Urbana. São Paulo: Ática, 1989.